



**Ministério
das Finanças**

**LUXEMBOURG
AID & DEVELOPMENT**



DGEFPEP

Direção Geral do Emprego Formação
Profissional e Estágios Profissionais

Programa Emprego e Empregabilidade (CVE/081)

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A REALIZAÇÃO DE UM
MAPEAMENTO/DIAGNÓSTICO DAS ENTIDADES QUE
MINISTRAM FORMAÇÃO PROFISSIONAL A NÍVEL NACIONAL**

RESUMO EXECUTIVO

Cláudio Furtado, Consultor

Novembro 2020

Índice

1. Introdução.....	1
2. Abordagem Metodológica utilizada no Mapeamento e Diagnóstico das Entidades Formadoras	2
4.1. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 1)	7
4.2. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 2)	9
.....	9
.....	9
4.3. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 3)	10
4.4. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 4)	11
5. Principais Conclusões do Diagnóstico e Mapeamento	13
6. Principais recomendações.....	15

Acrónimos

DGEFPEP	Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais
CESP	Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
QP	Qualificações Profissionais
EFE	Educação, Formação e Emprego
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
EF	Entidades Formadoras
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
ONG	Organização Não-Governamental
IES	Instituições do Ensino Superior
CEFP	Centro de Emprego e Formação Profissional
EHTCV	Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde
CERMI	Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial
FPEF	Fundo de Promoção do Emprego e Formação
PIEFE	Política Integrada Educação, Formação e Emprego
UNTC-CS	União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde, Central Sindical
CCSL	Confederação Cabo-Verdiana dos Sindicatos Livres
FP	Famílias Profissionais
MFCRT	Módulo Formativo em Contexto Real do Trabalho
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

1. Introdução

O presente documento sintetiza os principais resultados do mapeamento e diagnóstico das entidades que ministram a formação profissional em Cabo Verde, bem como, elenca as principais recomendações visando melhorar todo o setor da formação profissional e sua integração sistémica no Setor Educação, Emprego e Formação.

O estudo, de que resulta o presente sumário executivo, resultou de uma assistência técnica à Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP) e apoiada pelo Programa Emprego e Empregabilidade (CV/081) da Cooperação Luxemburguesa.

O Objetivo Geral definido para a assistência técnica foi o seguinte:

- Produzir um mapeamento/diagnóstico e caracterização das entidades que atuam no domínio da formação em Cabo Verde

Deste objectivo geral, foram explicitados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as entidades públicas, privadas e da sociedade civil que promovem e oferecem atividades e ensino técnico, formação profissional, orientação profissional e ensino superior profissionalizante (CESP);
- Fazer uma análise SWOT das entidades privadas que ministram formação em Cabo Verde e promover um exercício de reflexão analítica sobre as entidades mapeadas, colocando questões sobre os conteúdos das formações ministradas e as potencialidades de articulação entre entidades públicas e privadas de formação;
- Tipificar as entidades mapeadas como entidades promotoras e executoras ativas no setor EFE;
- Desenhar um inquérito um inquérito standard em formato digital para o levantamento das informações;
- Caracterizar as entidades e suas intervenções de acordo a um leque de parâmetros a definir em dialogo com a DGEFPEP e equipa do Programa CVE 081;
- Apresentar um quadro de caracterização do ambiente sócio-económico por ilha onde as diversas entidades estão sediadas;
- Realizar um diagnóstico por ilha da situação institucional das entidades inquiridas em função do impacto de suas atividades no emprego e na empregabilidade;
- Desenvolver uma análise da situação atual por cada entidade na ótica de suas atividades no contexto económico local em termos de impacto no emprego e na empregabilidade dos jovens beneficiados;

- Entregar recomendações sobre possíveis parcerias futuras para explorar da melhor forma possível, as potencialidades de todos os intervenientes em função do impacto no emprego e na empregabilidade dos jovens;
- Desenhar a entrega do mapa das entidades num formato de “ficha por entidade” com intuito de permitir de maneira simples a sua atualização no futuro.

Resultados Esperados:

- Cronograma da consultoria e plano detalhado das atividades para atingir os resultados da consultoria.
- Ficha de inquérito, questionário e/ou guião que servirá de base para a recolha de informações para o mapeamento.
- Base de dados das entidades inquiridas (presencialmente e à distância).
- Análise SWOT e reflexão analítica sobre cada uma das entidades formadoras mapeadas.
- Relatório final da consultoria contendo uma visão analítica e recomendações.

Em termos de resultados finais, os resultados foram agregados em dois documentos/produtos:

1. Relatório do Diagnóstico das entidades que ministram formação profissional em Cabo Verde;
2. Base de Dados das entidades de formação profissional, tanto as inquiridas quanto as levantadas documentalmente e através das entrevistas realizadas.

O Resumo executivo centra nos principais elementos do diagnóstico às entidades formadoras, na análise SWOT dessas mesmas entidades. Em função dessa análise são inventariadas e propostas um conjunto de recomendações que poderão sustentar medidas de política pública.

2. Abordagem Metodológica utilizada no Mapeamento e Diagnóstico das Entidades Formadoras

Com vista a atingir os principais objetivos da assistência técnica, quais sejam (i) a elaboração de um mapeamento das entidades promotoras e formadoras de formação profissional e a (ii) análise SWOT (diagnóstico) das entidades formadoras, foi implementada a seguinte estratégia metodológica:

- Levantamento documental das informações disponíveis sobre as entidades formadoras existentes;
- Complementarmente realizou-se um inquérito por questionário e online, através de uma amostra não-probabilística, com recurso à técnica de bola de neve para também, a partir dos conhecimentos das próprias entidades formadoras, se poder identificar outras entidades nas suas zonas de intervenção, tendo assim informações sobre entidades formadoras não constantes da base documental levantada. O inquérito online, recolhido através do aplicativo *Google Form*, foi importado e tratado através do programa

SPSS. Houve um total de 44 respostas para 88 entidades formadoras a quem foram enviados os questionários;

- Realização de entrevistas (presenciais e online) com uma amostra não probabilística de entidades formadoras e/ou promotoras, bem como às organizações patronais e sindicais, ONG e Câmaras Municipais. Estas entrevistas envolveram instituições e organizações de todas as ilhas do país. Presencialmente, elas foram realizadas em 7 ilhas (excluindo S. Nicolau e Brava por questões logísticas de disponibilidade de transporte, decorrentes da pandemia da Sars-CoV-2) e 19 municípios. Foram realizadas um total de 47 entrevistas, sendo 44 presenciais e 3 *online*.¹

Considerando o número relativamente elevado de entidades formadoras bem como de suas semelhanças; tendo em ainda em conta ser analiticamente pouco profícuo um diagnóstico individual de cada uma das entidades formadoras, optou-se por construir tipologias de entidades de formadora com características similares, o que permite uma análise mais densa e sólida.

Contudo, antes da construção dessa tipologia foi definido um conjunto de critérios que sustentam a construção de entidades formadoras-tipo. A tabela 1 explicita os critérios definidos e utilizados.

Tabela 1 Critérios utilizados na construção de tipologias de entidades formadoras

Natureza	Origem	Abrangência	Acreditação	Qualificações Profissionais
Pública	Nacional	Nacional	Acreditada	5 ou mais
Privada	Estrangeira	Regional	Não acreditada	Até 4 QP
Terceiro Setor	-	Local	Expirada	-

A tabela 2 enumera os cinco tipos de entidades formadoras construídas e que sustentam as análises.

Tabela 2. Tipologia de entidades formadoras

TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 5
Público Nacional Acreditado com mais de 5 QP oferecidas	Público Regional/ Não acreditado Com várias QP	Privado Nacional Acreditado Abrangência regional ou local Várias QP	Privado/terceiro setor Não acreditado Abrangência nacional, regional ou local Várias QP	Público/privado/ CESP Acreditado ou não Abrangência nacional, regional ou Local

De seguida são enumeradas as entidades formadoras analisadas segundo o tipo a que pertencem.

¹ De referir que antes do arranque efetivo da assistência técnica, uma nota metodológica foi produzida e consensualizada com os promotores do estudo, tendo merecido a aprovação destes. Todo o trabalho posterior de diagnóstico e análise obedeceu escrupulosamente o disposto na Nota Metodológica.

Tabela 3. Entidades formadoras de tipo 1

Entidades Formadoras de tipo 1
CEFP- Centro de Emprego e Formação Profissional da Praia
CEFPV- Centro de Emprego e Formação Profissional de Variante
CEFPSC- Centro de Emprego e Formação Profissional de Santa Catarina
CEFPSCZ- Centro de Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz
CEFPF- Centro de Emprego e Formação Profissional do Fogo
CFPPV- Centro de Formação Profissional de Ponta Verde- Fogo
CEFPSV- Centro de Emprego e Formação Profissional de São Vicente
CEFPSA- Centro de Emprego e Formação Profissional de Santo Antão
CEFPS- Centro de Emprego e Formação profissional do Sal
ESPCR- Escola Secundária Polivalente Cesaltina Ramos
ESGDH- Escola Secundária Grão-Duque Henri
EICM- GDC- Escola Industrial e Comercial do Mindelo--Guilherme Dias Chantre
ETJV- Escola Técnica João Varela
EHTCV- Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo de Cabo Verde
CERMI- Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial

Tabela 4. Entidades Formadoras do tipo 2

Entidades Formadoras do Tipo 2
CEFPBV- Centro de Emprego e Formação Profissional da Boavista
CEFPRGST- Centro de Emprego e Formação Profissional de Ribeira Grande de Santiago
CEFPT- Centro de Emprego e Formação Profissional do Tarrafal
CFPM- Centro de Formação Profissional do Maio
CRIF- Centro de Formação Profissional do Sal

Tabela 4. Entidades formadoras do tipo 3

Entidades Formadoras do Tipo 3
Sal Academy
Target Gest- Consultoria e Gestão
Centro de Formação da Sonasa
Setelima
Forminvest
MACV- Escola Técnica de Formação em Saúde e Educação
Centro de Formação e Capacitação dos Órgãos
AJEC- Associação dos Jovens Empresários de Cabo Verde
DBPROTECT
CCB/Aliança Empresarial
Pro-Sucesso
Guia de Serviços
EPTA- Escola Profissional de Tecnologias e Artes
CEA- Centro de Ensino de Assomada
Capital Humano
Sociedade Cabo Verdiana de Coaching
Forma-T
Multi-Format
Mente Avançada
ETPCV- Escola de Formação Técnico-Profissional de Cabo Verde

Tabela 6. Entidades Formadoras do tipo 4

Entidades Formadoras do Tipo 4
ESAO- Escola Salesiana de Artes e Ofícios do Mindelo
OMCV- Organização das Mulheres de Cabo Verde
MORABI- Associação de Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento
AMIPAUL- Liga dos Amigos do Paul
ATELIER MAR-
CITI-HABITAT- Centro de Investigação de Tecnologias Intermédias para o Habitat
ONDS- Organização Nacional de Desenvolvimento Solidário

Tabela 5. Entidades Formadoras do tipo 5

Entidades Formadoras do Tipo 5
Uni-CV- Universidade de Cabo Verde
Uni-Mindelo- Universidade do Mindelo
US- Universidade de Santiago
UniPiaget - Universidade Jean Piaget de Cabo Verde
Universidade Lusófona de Cabo Verde
UTA- Universidade Técnica do Atlântico

3. Elementos Transversais do Diagnóstico das Entidades Formadoras

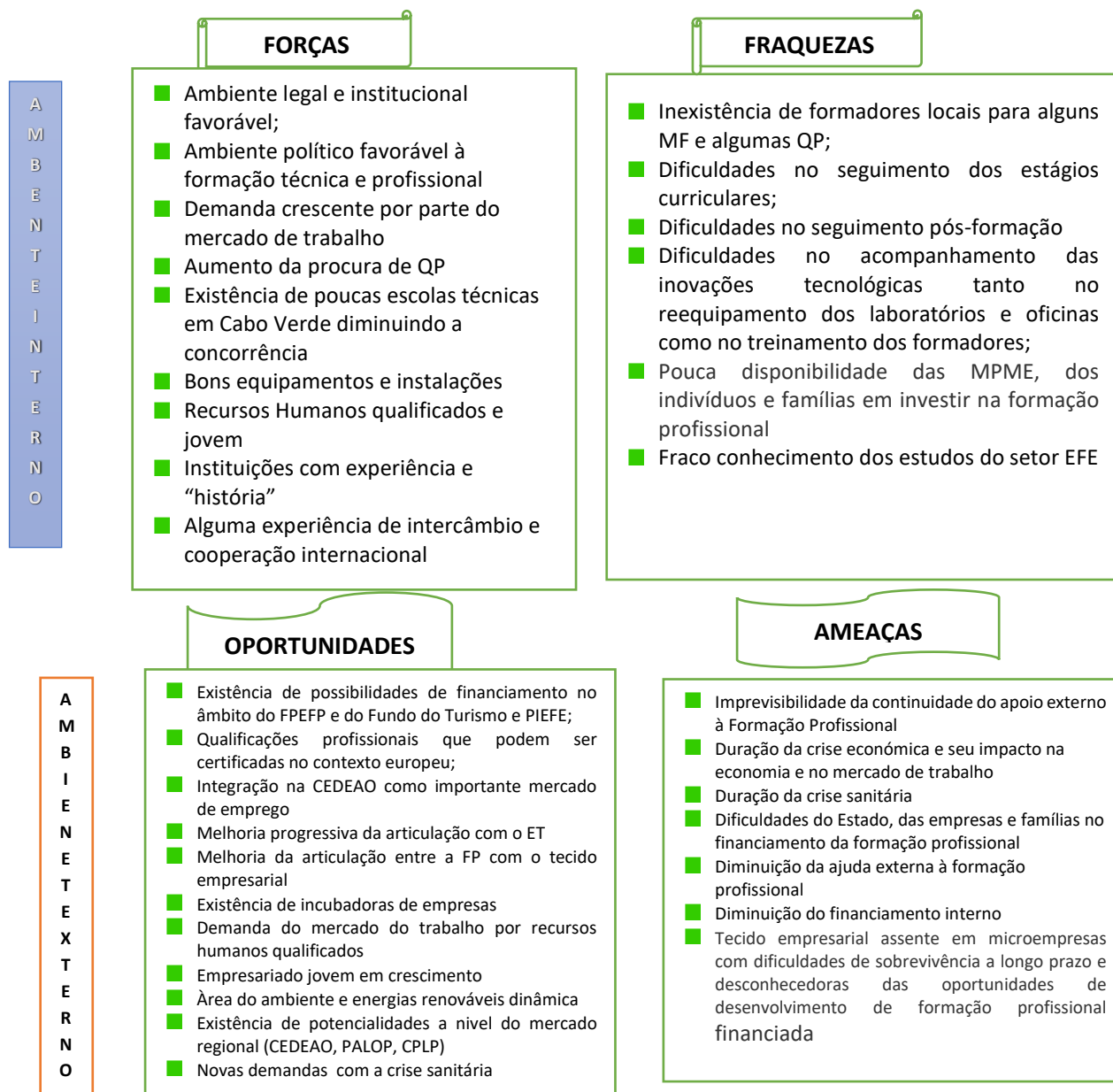
O diagnóstico permite, de forma transversal, observar alguns elementos importantes para a caracterização das entidades formadoras existentes em Cabo Verde.

- i) 50% das entidades inquiridas dizem ser, a um só tempo, promotoras e formadoras. Em contrapartida, 47,7% sustentam ser apenas formadoras. Observa-se que entre as que se definem como promotoras e formadoras a grande maioria são os Centros de Emprego e Formação profissional e que representam 45,4% das entidades promotoras e formadoras. Interessante observar o papel das Câmaras Municipais como importantes entidades promotoras da formação profissional a nível de seus respetivos territórios, financiando ofertas formativas, dinamizando a presença de entidades formadoras no seu território, disponibilizando infraestruturas, etc.
- ii) A quase totalidade das entidades formadoras inquiridas (97,7%) são nacionais. 2,3% são de origem estrangeira.
- iii) 72,7% das entidades formadoras inquiridas estão acreditadas junto à DGEFPEP e 27,7% não possuem alvará de acreditação. De sublinhar, contudo, que, do total das entidades de formação profissional mapeadas e que constam da Base de Dados produzida, apenas 32,8% estão acreditadas, significando que mais de dois terços (67,2%) não estão acreditadas.
- iv) Para 47,7% das entidades formadoras inquiridas, as Qualificações Profissionais oferecidas constam do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Em contrapartida, 40,9% afirmam que suas ofertas formativas não constam do CNQ.
- v) Para as entidades formadoras, os seus formadores possuem formação técnica adequada e 79,5% desses formadores possuem formação pedagógica. De forma sistemática, as entidades formadoras têm vindo a oferecer cursos de formação pedagógica de formadores. Nas ilhas e municípios “periféricos”, o problema enfrentado pelas entidades formadoras prende-se com a inexistência de formadoras para determinadas QP e Unidades Formativas. O recurso a formadores de outros municípios e ilhas tem acarretado, além de dificuldades na oferta de QP, no aumento dos custos.

- vi) 77,3% das entidades formadoras oferecem tanto formação profissional inicial, quanto contínua e CESP (Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes).
- vii) 47,7% das entidades formadoras possuem instalações próprias e 34,1% instalações alugadas. Contudo, muitas das que possuem instalações próprias estas são insuficientes ou inadequadas para determinadas QP, tendo que recorrer espaços alugados ou cedidos.
- viii) Para 58,3% das entidades formadoras, as QP oferecidas não se baseiam em auscultação do mercado de emprego ou a documentos e diretivas que apontam para quais seriam as ofertas formativas mais adequadas à demanda do mercado de trabalho. Algumas entidades formadoras realizam consultas ao mercado, embora de forma não sistemática, ou, então, consultam documentos que apontam para as qualificações profissionais mais solicitadas pelo mercado de trabalho.
- ix) Para 81,8% das entidades formadoras inquiridas as QP que disponibilizam são relevantes e com uma alta taxa de eficácia tanto interna quanto externa. Contudo, não possuem, salvo algumas poucas exceções, um sistema montado de articulação com o mercado e com os formados o que permitiria uma monitorização efetiva da situação dos egressos dos cursos de formação profissional.
- x) A competição e concorrência entre as entidades formadoras é apontada com existindo para 52,3% dos inquiridos. Esta competição, vista negativamente pelas entidades formadoras, acontece entre as entidades públicas e entre estas e as privadas. A não articulação no processo de planeamento das ofertas formativas tende a potenciar essa concorrência fazendo com que várias entidades formadoras, numa mesma base territorial, ofereçam as mesmas QP num contexto de um mercado exíguo. A inexistência de especialização e concentração das entidades formadoras em Famílias Profissionais, mas, particularmente em QP, para as quais apresentam melhores condições infraestruturais, pedagógicas e de formadores, favorece a competição e concorrência. De igual modo, não existe uma perspetiva sistêmica de se pensar relações de complementaridade e subsidiariedade entre as entidades formadoras, particularmente entre as públicas e privadas, o que tende a privilegiar as primeiras em detrimento das segundas. Até porque as primeiras têm acesso a financiamento público para, pelo menos, parte de seu funcionamento.
- xi) Assim, se entende que 36,4% das entidades formadoras afirmarem ter uma situação financeira deficitária. São na sua totalidade entidades formadoras privadas e do terceiro setor. Dos 56,8% que afirmam ter a situação financeira equilibrada a quase totalidade é de entidades formadoras públicas. As entidades do terceiro setor estão em situação financeira particularmente delicada, o que explica o fato de apenas uma delas se encontrar acreditada junto à DGEFPEP.
- xii) A pandemia da Sars-CoV-2 teve um enorme impacto nas entidades formadoras. Primeiro com a paralisação dos cursos. Segundo com os custos inerentes com a retomada das atividades a partir de meados de junho de 2020, respondendo às normas sanitárias e aos planos de contingência definidos pelas autoridades sanitárias e a DGEFPEP. Em terceiro lugar a desistência de parte dos formandos: Quarto, a necessidade, por vezes, de desdobramento de turmas. Como consequência a situação financeira, particularmente das entidades formadoras privadas, deteriorou-se significativamente, o que pode ter levado ou a levar à insolvência de algumas delas. Como alternativa, antes mesmo da regulamentação por parte do governo das normas de ensino à distância, algumas entidades formadoras fizeram uso, particularmente, do b-learning como modalidade de ensino à distância. Outras recorreram ao b-learning.

4. Análise SWOT das entidades formadoras segundo o tipo

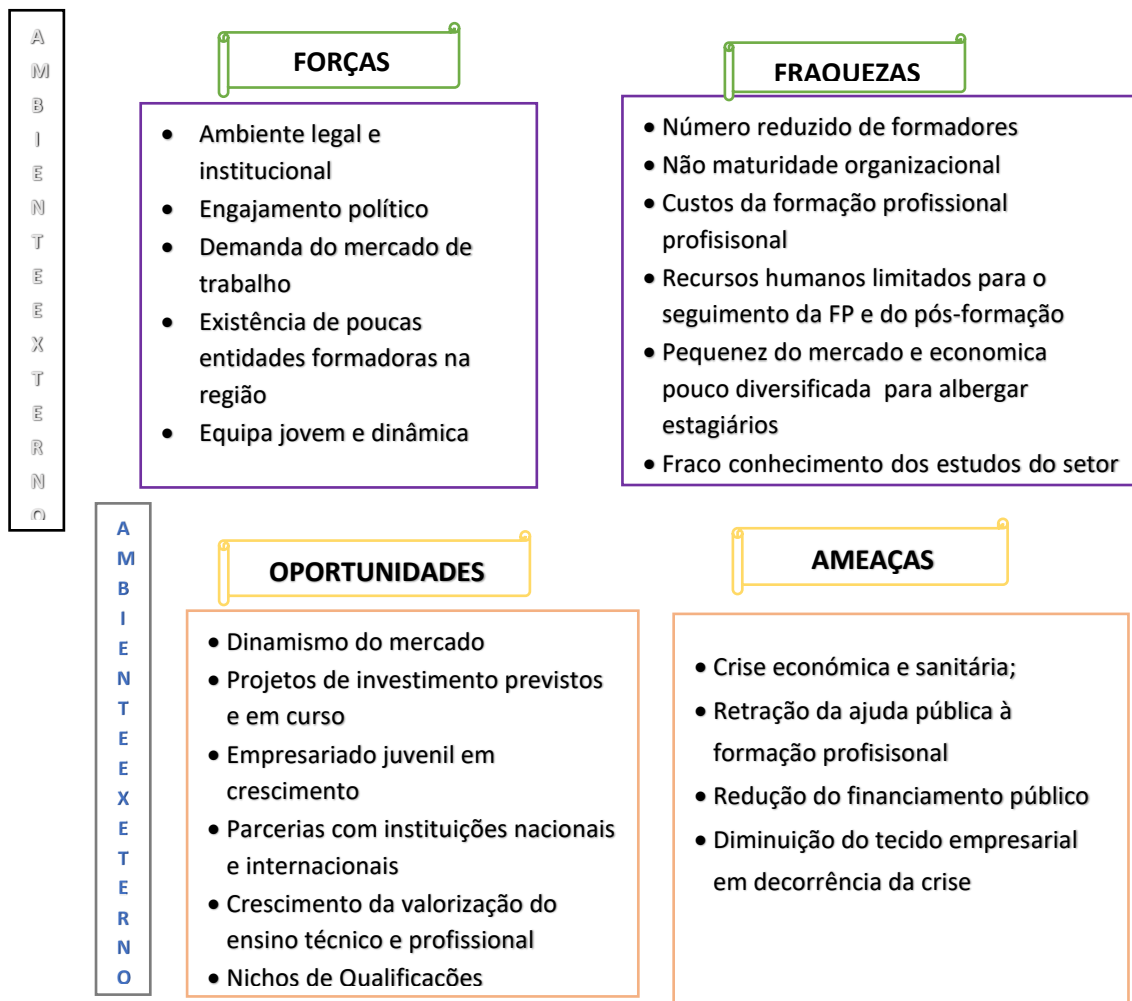
4.1. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 1)



Da análise SWOT pode-se inferir que:

- (i) As debilidades das entidades formadoras do tipo 1 são maioritariamente de ordem institucional bem como de articulação com os parceiros fundamentais seja a montante seja a jusante da formação profissional. Significa que é necessário o reforço da capacidade organizacional dessas entidades, nomeadamente ao nível da planificação, reforçando a articulação com o tecido empresarial (público, privado e do terceiro setor), com o setor público (particularmente, as Câmaras Municipais). No mesmo sentido, se mostra a necessidade de reforço da articulação visando, de um lado, um permanente contacto com o mundo laboral através da formação em alternância (MFCRT) e estágios curriculares e, de outro, na inserção laboral pós-formação, assegurando a eficácia externa das QP. Constatou-se, igualmente, que apesar de terem sido produzidos vários estudos no setor EFE, sobretudo relacionados com as necessidades de formação, a maior parte das entidades formadoras desconhecem a existência desses estudos, o que pressupõe a necessidade a definição de uma melhor estratégia de difusão e socialização dos estudos no seio das entidades formadoras;
- (ii) As forças e as oportunidades são significativas podendo, caso devidamente aproveitadas e que passam também pelo sentido do custo de oportunidade, diminuir as debilidades e, eventualmente, as ameaças.
- (iii) As ameaças essencialmente externas, não podendo muitas vezes ser controladas pelas entidades formadoras, apresentam também importantes oportunidades, como reconhecem algumas entidades formadoras e que estão buscando novos nichos de intervenção.

4.2. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 2)



Sintetizando, pode-se verificar pela análise SWOT que:

(i) À semelhança das entidades do tipo 1, as fraquezas das EF do tipo 2 prendem-se com questões organizacionais, tanto internas a estas entidades quanto as que se prendem com as relacionadas com as políticas públicas para o setor. Neste âmbito, impõe-se necessário o reforço da capacidade organizacional dessas entidades, nomeadamente a nível da planificação, reforçando a articulação com o tecido empresarial (público, privado e do terceiro setor), com o setor público (particularmente, as Câmaras Municipais). Não se pode esquecer que estamos em presença de EF ainda em fase de instalação e de inserção no seu espaço territorial de intervenção, exigindo, por conseguinte, um acompanhamento e assistência técnica de proximidade;

(ii) As forças e as oportunidades são significativas podendo, caso devidamente aproveitadas e que passam também pelo sentido do custo de oportunidade, diminuir as debilidades e, eventualmente, as ameaças. Na verdade, a juventude desses centros e de seus recursos humanos e organizacionais pode ser considerada um grande ativo, sendo que a motivação pode ser considerada um elemento chave nesse processo;

(iii) As ameaças essencialmente externas, não podendo muitas vezes ser controladas pelas entidades formadoras, apresentam-se também como oportunidades, como, aliás, reconhecem algumas entidades formadoras e que estão buscando novos nichos de intervenção. No caso em concreto- e isto é transversal a todas as EF e de todos os tipos-, as ameaças mais relevantes são as decorrentes da crise sanitária e a económica resultante daquela. Embora sejam fatores não diretamente controláveis pelas entidades formadoras, elas, as crises, podem induzir também novas oportunidades para as quais as entidades formadoras devem estar atentas.

4.3. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 3)



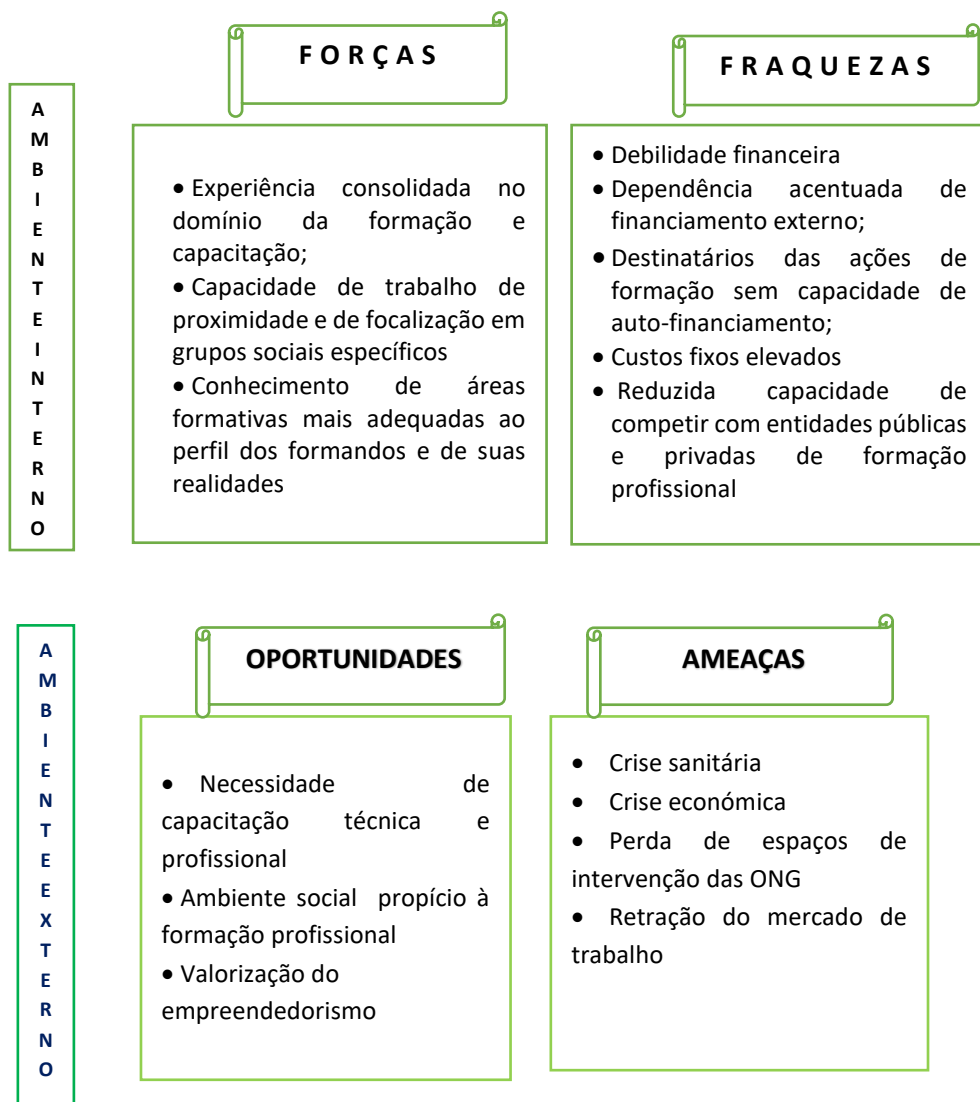
A análise SWOT permite ver que:

(i) As debilidades das entidades formadoras do tipo 3 são diferenciadas em função de sua concentração prioritária na formação profissional ou se esta aparece como complementar a outras. Em todo o caso, as fragilidades em termos de capacidade de competir num mercado que se tem mostrado progressivamente competitivo, os elevados custos fixos de algumas entidades, particularmente com a infraestruturção e os formadores constituem desafios internos a vencer;

(ii) As forças e as oportunidades são importantes, e podem transformar-se em fortes ativos capazes de mitigar as debilidades e, eventualmente, as ameaças. Aliás, a maior maleabilidade organizacional dessas atividades e maior dinamismo e flexibilidade no processo de tomada de decisões podem ser considerados como importantes para assegurar a sustentabilidade dessas entidades;

(iii) As ameaças essencialmente externas, não podendo muitas vezes ser controladas pelas entidades formadoras, apresentam também importantes oportunidades, como reconhecem algumas entidades formadoras e que estão buscando novos nichos de intervenção.

4.4. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 4)



As entidades formadoras do tipo 4, como mostra a análise SWOT:

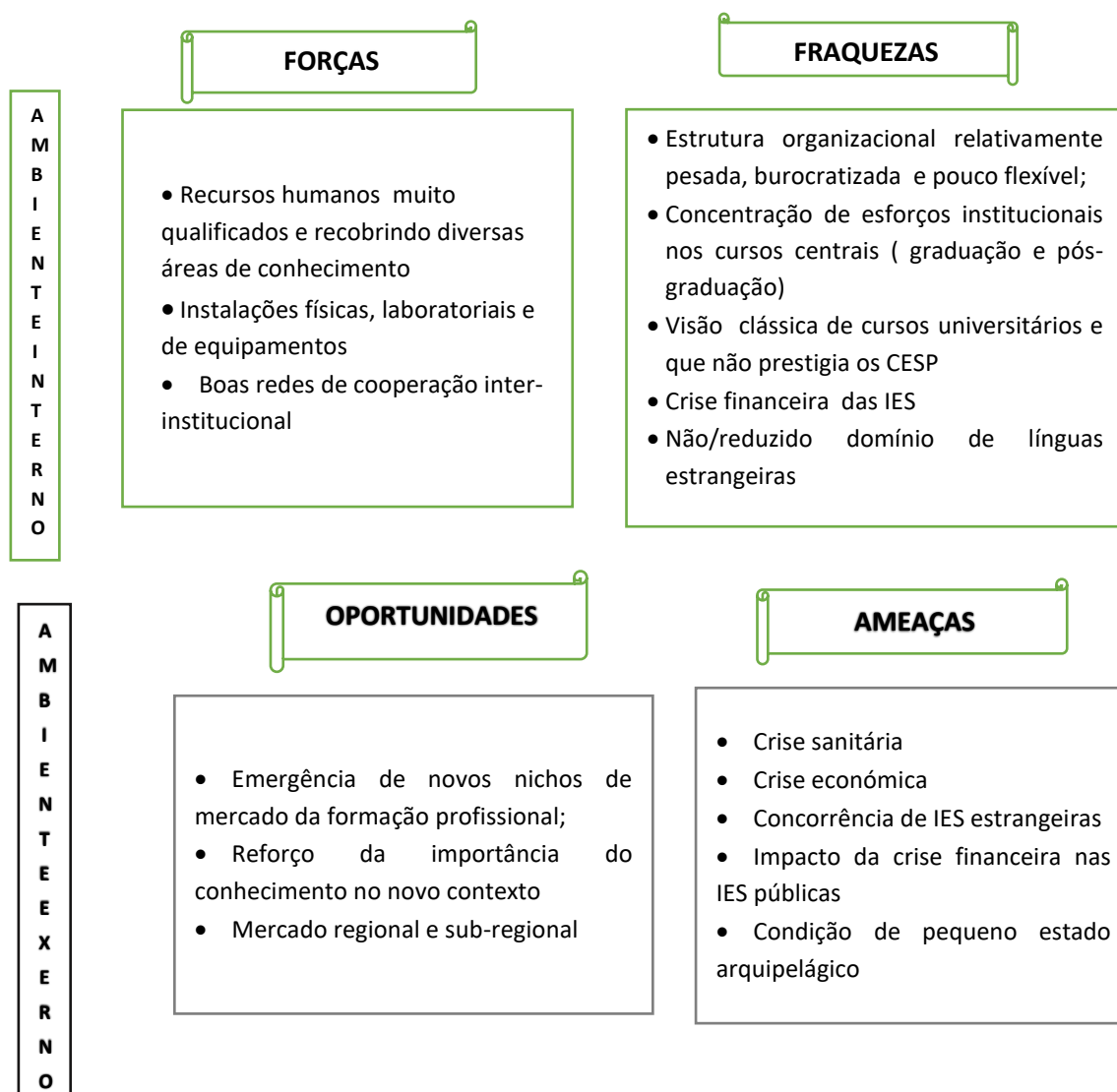
(i) Apresentam importantes debilidades, de ordem financeira e, por conseguinte, de garantia de sua sustentabilidade. O público-alvo dessas entidades, essencialmente pessoas muito vulneráveis e que, por conseguinte, não conseguem participar do

financiamento dos custos da formação, exige uma engenharia financeira difícil. Neste sentido, as fraquezas organizacionais são enormes e constituem um enorme desafio.

(ii) Contudo, estas fraquezas podem ser, em alguma medida, transformadas em oportunidades. Com efeito, as entidades formadoras dos outros tipos raramente trabalham com um público com esse perfil e para formações de nível 1 e 2 e de curta duração. Neste sentido, as entidades formadoras do tipo 4 podem especializar-se neste nicho de mercado, buscando parcerias, nomeadamente públicas, para o cofinanciamento das ações de capacitação. É preciso, para o efeito, o reforço da capacidade organizacional, passando, designadamente pela acreditação dessas EF, porta de entrada para o concurso aos recursos públicos e a assistência técnica da DGEFPEP.

(iii) As ameaças essencialmente externas, como a crise sanitária e a crise económica e financeira global, fazem diminuir a intervenção dos parceiros tradicionais dessas EF. No entanto, embora de difícil controlo, as crises podem revelar-se, como já referido, fontes de novas oportunidades, como reconhecem algumas entidades formadoras e que estão buscando novos nichos de intervenção.

4.5. Análise SWOT (Entidades de Formação do Tipo 5)



A análise SWOT das entidades formadoras do tipo 5 permite constatar que:

(i) As fraquezas são maioritariamente de ordem institucional, uma vez que são estrutural e tendencialmente pesadas, centradas na certificação de conhecimentos altamente técnicos e científicos, com sistemas de avaliação interna e externa bem rígidas, pouco flexíveis ao dinamismo do mercado de formação profissional e a uma qualificação mais ágil. Ademais, as IES são refratárias a sistemas de avaliação que não esteja assente numa avaliação de pares. Isto pode explicar o fato de, neste momento, nenhuma se encontra acreditada para a formação profissional.

(ii) As forças e as oportunidades são, como para as demais entidades formadoras, potencialmente importantes se elas forem devidamente e adequadamente aproveitadas.

(iii) As ameaças essencialmente externas (crise sanitária e as crises económicas e financeiras), não podendo ser controladas pelas entidades formadoras, podem ser vistas como apresentando oportunidades, na esteira do que já reconhecem algumas entidades formadoras entrevistadas e que estão buscando novos nichos de intervenção.

5. Principais Conclusões do Diagnóstico e Mapeamento

A análise documental, nomeadamente referente às entidades acreditadas, os resultados do inquérito às entidades formadoras e as entrevistas às principais partes interessadas permitem constatar e concluir o seguinte:

1. As duas últimas décadas marcaram, no domínio da formação profissional, uma importante inflexão no domínio das políticas públicas para o setor. Com efeito, a par de uma importante reforma legislativa foi operada uma reconfiguração institucional do setor público separando, de forma clara e progressiva, as instituições de definição, monitorização e avaliação das políticas do setor bem como de acompanhamento e fiscalização do cumprimento do quadro legal e regulamentar, daquelas que se dedicam à atividade-fim, qual seja a promoção e implementação de programas de formação profissional e sua articulação com o mercado de trabalho. Neste contexto, a nítida separação das competências e atribuições da Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais daquelas comendadas ao Instituto de Emprego e Formação Profissional e sua rede de Centros Regionais demonstra esta mudança.
2. Acresce ainda a preocupação do setor público em focalizar em áreas de especialização que respondam a setores estratégicos e específicos do mercado de trabalho e que se traduz na criação da Escola de Hotelaria e Turismo e no Centro de Energias Renováveis e Manutenção Industrial.
3. Ainda no setor público, importa apontar a criação do Observatório do Mercado de Trabalho que poderá fornecer, através de estudos setoriais específicos, análises prospetivas e informações que possam enformar as grandes orientações em termos de ações de formação mais adequadas a assegurar a empregabilidade dos egressos.

4. De igual modo, estas duas décadas marca o crescimento de entidades formadoras do setor privado, sejam elas acreditadas ou não. Na verdade, a tónica colocada na qualificação do capital humano pelos sucessivos Governos, associado ao ambiente económico favorável ao desenvolvimento do capital humano e, por conseguinte, o aumento da demanda da formação profissional tanto inicial como contínua fez emergir um nicho de mercado rapidamente disputado seja por empresas de consultoria de desenvolvimento organizacional e recursos humanos, seja de segurança seja ainda de formação profissional *strictu sensu*.
5. O mapeamento das entidades formadoras mostra que nas últimas duas décadas funcionaram e/ou estão em funcionamento cerca de 137 entidades de formação. O alargamento se dá essencialmente no setor privado, com algum crescimento também no setor público estatal. No domínio público municipal, essa tendência de crescimento não se verificou. O terceiro setor parece, pelas informações recolhidas, conheceu alguma inflexão na sua dinâmica de oferta de qualificação e capacitação profissional. Uma novidade a assinalar é a entrada das IES, particularmente as universidades no setor da formação profissional com os cursos de estudos superiores profissionalizantes.
6. No que diz respeito aos municípios, o que se constatou é um investimento mais acentuado na busca de vagas e bolsas para jovens originários dos respetivos espaços territoriais visando a qualificação técnica e profissional seja no país ou no exterior. São residuais os Municípios que possuem centros próprios de formação técnica e profissional. De igual modo, os municípios têm tido uma intervenção acentuada na colaboração com as entidades formadoras no processo de identificação das áreas de formação a privilegiar e no encaminhamento dos candidatos.
7. O financiamento público da formação profissional também tem vindo a permitir, de forma crescente e sustentada, o alargamento das ofertas de qualificações profissionais bem como do número de candidatos à formação. O Fundo de Promoção do Emprego e Formação, bem como a Política Integrada Educação, Formação e Emprego têm constituído um importante instrumento de financiamento das propinas dos formandos e, por esta via, de financiamento das entidades formadoras. De igual modo, o Fundo do Turismo tem tido uma atuação relevante a que se acresce a Sociedade de Desenvolvimento Integrado da Boavista e Maio.
8. Do ponto de vista mais global verifica-se que grande parte das entidades formadoras tem uma perspetiva de planeamento das ofertas formativas centrada ou nos alvarás que indicam as Famílias Profissionais nas quais estão acreditadas e, por conseguinte, indicando as QP que podem disponibilizar, raramente existindo uma articulação com as áreas prioritárias da economia nas suas dimensões nacional, regional e local. As articulações com o setor produtivo são raras e não sistemáticas e sistematizadas.
9. Embora existam estudos que objetivam orientar as entidades formadoras em relação às necessidades do mercado de trabalho, resulta do estudo que a disseminação desses estudos parece precária junto às EF. Da mesma forma, com base nesses estudos e numa auscultação permanente e efetiva com os parceiros sociais, seria interessante a definição de orientações nacionais por parte das instituições responsáveis pelos setores do emprego e da formação profissional sobre as áreas consideradas relevantes, tendo em conta, de um lado, as opções políticas do Governo e, de outro, as demandas reais e

- potenciais do mercado do trabalho. Sublinhe-se que devem ser orientações e não diretivas, particularmente para o setor privado e do terceiro setor.
10. Ainda do lado das entidades formadoras, pensando sempre nos territórios em que atuam, não existem mecanismos de articulação e concertação das ofertas formativas, tornando-se concorrentes e competidores por um mercado que cresce, mas ainda exíguo, podendo comprometer a eficiência e qualidade da formação.
 11. No caso das entidades formadoras públicas acreditadas, constata-se que estão autorizadas a trabalhar numa grande quantidade de famílias profissionais, o que impossibilita a especialização e a transformação em centros de excelência e referência. Mais ainda, consta-se por vezes entidades formadoras públicas num mesmo território (CEFP e Escolas Técnicas, EHTCV, CERMI) que competem com os mesmos cursos, mesmo quando para determinadas QP existem claramente as que estão melhor posicionadas em termos de infraestruturas, equipamentos e recursos humanos. Tem havido pouca preocupação com o princípio da complementaridade e da cooperação.
 12. Existe, sustentam as entidades formadoras privadas e do terceiro setor, uma distorção do mercado da formação profissional em benefício das entidades formadoras públicas. Isto porque estas possuem duas portas de financiamento público: o orçamento de funcionamento assegurado pelo Orçamento Geral do Estado e o financiamento (das propinas dos formandos e outras rubricas) através do FPEF e da PIEFE.
 13. No que diz respeito à gestão da informação sobre as entidades formadoras constata-se que a DGEFPEP dispõe de uma base de dados apenas das entidades acreditadas, o que constitui um limite à informação e a um conhecimento mais completo do setor. Aliás, o mapeamento realizado com este estudo, demonstra que a maioria das entidades formadoras não se encontram acreditadas e mesmo muitas que tinham sido acreditadas não revalidaram os respetivos Alvarás.

6. Principais recomendações

Com base nas constatações e conclusões são propostas as seguintes recomendações:

- A. No que diz respeito à base de dados das entidades formadoras e à acreditação:
 - a. A partir do mapeamento feito, sugere-se que se ative uma plataforma online e dinâmica das entidades formadoras, englobando as acreditadas, em processo de acreditação e as não acreditadas. A Base de Dados deve ser objeto de ajustamento contínuo e interativo com as entidades formadoras, podendo estas ajudar a alimentar o sistema de informação;
 - b. Reforço dos mecanismos de seguimento e capacitação das entidades formadoras;
 - c. Realização de uma campanha de sensibilização sobre a importância da acreditação, mostrando as contrapartidas para as entidades formadoras, nomeadamente no domínio da capacitação institucional, a credibilidade da entidade formadora (acreditada) para a mobilização de formandos e do acesso aos concursos para fundos públicos de financiamento;
 - d. Repensar a questão do montante cobrado pelos processos de acreditação e das renovações, particularmente para as entidades mais frágeis, como é o caso das entidades

formadoras do terceiro setor. Eventualmente, seria de se ponderar a possibilidade de uma tabela variável do valor a pagar em função dos níveis de QP e da finalidade das EF.

B. No que diz respeito ao planeamento da formação profissional

- a. Estudo e proposição anualmente por parte da DGEFPEP/ Observatório do Mercado do Trabalho das grandes linhas de indicativas das áreas /famílias profissionais prioritárias a nível nacional, regional e municipal. A aprovação dessas linhas estratégicas poderá ser atribuída ao Conselho de Concertação Social, com audição prévia das entidades representativas do setor privado (Câmara do Comércio de Sotavento, Câmara de Comércio de Barlavento, Câmara de Turismo de Cabo Verde) e das centrais sindicais (UNTC-CS; CCSL), bem como do Conselho Nacional de Emprego e Formação Profissional;
- b. Condicionar o acesso ao financiamento público, ou parte dele, (FPEF, Fundo do Turismo, etc.,) às QP definidas como prioritárias;
- c. Criação de espaços de concertação e planificação das ofertas formativas entre Entidades formadoras públicas situadas numa mesma base territorial (ilhas/município);
- d. Favorecer espaços de diálogo entre entidades formadoras públicas e privadas a nível local evitando a duplicação de ofertas formativas;
- e. A DGEFPEP deverá incrementar a partilha e socialização os estudos do setor EFE (especialmente relativos às necessidades de formação e de mão-de-obra) com todas as entidades formadoras (públicas, privadas e terceiro setor) constantes na Base Dados do presente Mapeamento.

C. No que respeito à capacitação das entidades formadoras

- a. Favorecer a especialização das entidades formadoras, constituindo-se em centros de referência em determinadas FP ou QP, focalizando e rentabilizando investimentos.
- b. Capacitação, especialização e atualização técnica dos formadores
- c. Integração nos programas de investimentos de mecanismos que assegurem a atualização de inovações tecnológicas para as entidades formadoras;
- d. Desenvolvimento e aprofundamento de estratégias de internacionalização e inserção das EF em espaços regionais e sub-regionais;
- e. Conceção e implementação de um programa de capacitação dos Formadores em Línguas estrangeiras (inglês e francês), inserido no quadro da estratégia de internacionalização.

D. No que diz respeito à mitigação dos impactos da pandemia da Sars-CoV-2

- a. Estudo de mecanismos e possibilidades de reforço do apoio às entidades formadoras impactadas pela pandemia, nomeadamente através de isenções fiscais e de acesso a financiamentos para investimentos em infraestruturas e redes tecnológicas;
- b. Reforço e capacitação das EF na implementação do Ensino à Distância, efetiva implementação do RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), bem como da emissão da dupla certificação aos que fizeram QP por via técnica (Escolas Técnicas);
- c. Efetiva implementação de um sistema de seguimento pós-formação e melhorar a articulação sistémica com os Centros de Emprego;

- d. A DGEFPEP deverá promover uma ampla socialização e partilha do DR nº13/2020 de 12 de outubro que estabelece o Regime Jurídico da Metodologia de FP à distância.

E. No que diz respeito à competição e acreditação

- a. Aprofundamento da reflexão sobre distorção do mercado de formação profissional em favor das EF públicas;
- b. Apoiar ações que visem aumentar as sinergias entre as entidades formadoras do setor público, privado e do terceiro setor;
- c. Apostar de forma progressiva no princípio da subsidiariedade, deixando ao setor público a atuação em QP e em áreas geográficas não cobertas ou insuficientemente cobertas por entidades formadoras privadas e do terceiro setor. Esse processo seria acompanhado do aumento da capacidade de supervisão, por parte da DGEFPEP, da qualidade e adequação das ofertas formativas às orientações estratégicas definidas pelo Governo e às necessidades do mercado de trabalho, como apontadas pelos estudos periódicos a realizar pelo Observatório do Mercado de Trabalho
- d. Reforço de sensibilização sobre a importância da acreditação ao mesmo tempo que se implementa um programa de seguimento/ supervisão e inspeção das EF;
- e. Reforço da capacidade técnica e institucional da DGEFPEP no sentido de melhorar o processo de apoio ao Governo na formulação de políticas para o setor, no seguimento e avaliação das políticas e do cumprimento das medidas de política, a par inspeção permanente das EF.

De uma forma específica, sugere-se que o Ministério da Educação estude a possibilidade, no quadro de uma parceria público-privada, apoiar a Escola Secundária de Artes e Ofícios, mais conhecida como Escola Salesiana, no sentido da reabilitação da vertente do Ensino Técnico bem como a formação profissional. A histórica tradição de ensino técnico e profissional e o aproveitamento das infraestruturas existentes, bem como dos recursos humanos poderão ser importantes na concretização da política governamental de qualificação e capacitação da mão-de-obra cabo-verdiana.